



EDITAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG

Torna-se público que o município de São Gotardo/MG, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, **POR REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 62, de 28 de março de 2023 e do nº 63, de 28 de março de 2023, Decreto Municipal nº 171 de 19 de agosto de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GÁS GLP E MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO”**.

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**
- **FORMA DE FORNECIMENTO:** O fornecimento será parcelado e continuado de acordo com a demanda da Administração.
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/07/2026 às 08:00.**
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br / www.gov.br/compras
- **TELEFONE PARA CONTATO E E-MAIL:** (34)3671-7127 / licitacaosg@gmail.com
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: PLATAFORMA DIGITAL – WWW.LICITANET.COM.BR.**
- **LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO: SIM**



• **LICITAÇÃO COM DIVISÃO DE COTA(S) AMPLA(S) E COTA(S) RESERVADA(S)/LOTES EXCLUSIVOS PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06: SIM**

2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e nos demais anexos que integram o edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.4.1. Conforme o Artigo 48, Inciso III, da Lei Complementar 123/06, nesse certame há itens com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Nesses itens, poderão participar beneficiários da Lei Complementar 123/06.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Da participação de consórcios:

3.7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) bem(ns) de forma independente os produtos que estão anexados.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos



estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.14. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

4.15. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.

4.16. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.17. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de São Gotardo, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



- 4.18. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;
- 4.19. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;
- 4.20. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 4.21. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de São Gotardo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
- 4.22. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 4.23. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;
- 4.24. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01(Um) centavo**;

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21.6. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de prestação de serviço ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/CEIS>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/CNEP>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

8.9.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Ato Constitutivo;

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;



2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- B. Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- C. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- D. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- E. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- F. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- G. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- H. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- H.1. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

8.14.1. Além das documentações acima, deverá ser apresentado também conforme Termo de Referência, as documentações técnicas, sendo as mesmas habilitatórias.

8.15. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

¹ Nota Explicativa - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



8.16. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

8.20. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

8.21. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL** competente, emitida nos últimos **90 dias**, comprovando ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).

8.22. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.

9.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA



10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



11.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.9. Fraudar a licitação

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2.A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitanet.com.br e pelo e-mail licitacaosg@gmail.com. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.3.2. O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma www.licitanet.com.br.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.5. Em caso de indisponibilidade do sistema, os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail licitacaosg@gmail.com, com mesmo prazo e requisitos indicados, devendo o interessado confirmar o recebimento com a equipe de pregão.

14. DA RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

14.1. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 63, de 2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

14.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal n. 63, de 2023 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



15.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) , endereço eletrônico www.licitanet.com.br e site da prefeitura Municipal de São Gotardo <https://www.saogotardo.mg.gov.br>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

15.11.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.11.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15.11.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.11.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.11.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.11.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.11.9. ANEXO IX – Minuta da Ata de Registro de Preço.

SÃO GOTARDO/MG, 23 de Julho de 2026.

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

REFERENCIA ETP Nº 14/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRORROGAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral, gás liquefeito de petróleo – GLP (P13 e P45) e acessórios correlatos, destinados ao abastecimento, reposição e atendimento das necessidades operacionais, administrativas e institucionais das Secretarias, departamentos, unidades administrativas, escolas, centros de atendimento e demais órgãos integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos municipais.

1.2 O objeto da presente contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, nos termos da legislação vigente, por possuir padrões de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado, passíveis de definição objetiva por meio de especificações técnicas usuais, permitindo sua contratação mediante procedimento licitatório na modalidade adequada, com adoção do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza continuada, imprevisibilidade do consumo e necessidade de contratações parceladas conforme demanda da Administração.

1.3 A aquisição será realizada de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme descrição e quantitativos abaixo:

1.4 A aquisição será conforme descrição e quantitativos abaixo:

Nº	CÓD.	DESCRIÇÃO	QT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	153	Água mineral 20 litros	2.790	17,06	47.597,40
2	377	Água mineral 500 ml, fardo com 12 unidades	990	23,63	23.393,70
3	322	Água mineral copo 200ml, caixa com 48 unidades	190	53,36	10.138,40
4	197	Gás doméstico GLP P13	3.007	122,25	367.605,75
5	28957	Gás P45	25	514,5	12.862,50
6	14531	Botijão de gás de cozinha vazio P13	113	285	32.205,00
7	45213	Botijão de gás vazio P45	18	1.042,50	18.765,00
8	37635	Registro de gás de cozinha	141	42	5.922,00
9	37620	Mangueira de gás de cozinha	141	22,63	3.190,83

1.5 As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores, nas demandas formalmente encaminhadas pelas Secretarias Municipais participantes e nas necessidades operacionais identificadas pelas unidades administrativas, considerando a natureza contínua e essencial dos materiais, a necessidade de reposição periódica dos itens, o atendimento simultâneo de múltiplas unidades públicas e a manutenção ininterrupta dos serviços prestados à população.



1.5.1 A memória de cálculo e a distribuição dos quantitativos por Secretaria demandante encontram-se detalhadas no Anexo II – Estimativa de Quantidades por Secretaria, elaborado a partir dos levantamentos encaminhados pelos órgãos participantes da contratação, constituindo o fundamento técnico para o dimensionamento da presente aquisição e para a definição dos quantitativos estimados registrados.

1.6. Os fornecedores consultados para composição da pesquisa mercadológica foram selecionados em razão de sua regular atuação no fornecimento dos materiais objeto desta contratação, experiência comercial no segmento, capacidade de atendimento ao setor público, disponibilidade de fornecimento parcelado e compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

1.7 A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, mediante consulta a fornecedores do ramo pertinente, bancos de preços públicos, contratações similares de outros entes públicos e demais fontes admitidas pela legislação, adotando-se a metodologia estatística adequada para definição do valor estimado da contratação, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

1.8 O custo estimado para a futura contratação é de R\$ 521.680,58 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), conforme Relatório de Pesquisa de Preços – Cotação nº 11.407, elaborado pelo Setor de Compras do Município.

1.8.1 Para composição da cesta de preços foram utilizadas consultas diretas a fornecedores do ramo e pesquisa junto à plataforma Banco de Preços, conforme metodologia detalhada no relatório técnico que integra os autos. Durante a consolidação dos dados, foram analisadas a consistência e a representatividade das informações coletadas, sendo desconsiderados valores discrepantes que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa, conforme justificativas constantes do referido relatório.

1.9 O valor estimado resultante da pesquisa servirá como parâmetro para avaliação da vantajosidade das propostas apresentadas no certame, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.10 As propostas apresentadas deverão observar os valores referenciais estabelecidos neste Termo de Referência, não sendo admitidos preços unitários superiores aos limites máximos fixados pela Administração.

1.10 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes observarão os respectivos prazos de vigência definidos pela Administração, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o abastecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo – GLP, bem como a reposição de botijões, recipientes, registros, mangueiras e acessórios correlatos, além do fornecimento de água mineral, itens indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pelas Secretarias, departamentos, unidades administrativas, escolas, centros de atendimento e demais órgãos integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

2.2. O gás liquefeito de petróleo – GLP e seus respectivos acessórios constituem insumos essenciais para o funcionamento de cozinhas institucionais, preparo de alimentação escolar, atendimento em unidades assistenciais, centros de convivência, espaços de apoio operacional e



demais estruturas públicas que demandam sua utilização contínua, sendo sua disponibilidade indispensável para a manutenção regular dos serviços públicos prestados à população.

2.3. Quanto à água mineral, sua aquisição mostra-se necessária para atendimento de demandas institucionais específicas da Administração Municipal, especialmente para utilização em eventos oficiais, reuniões, capacitações, conferências, seminários, ações comunitárias, atividades pedagógicas, esportivas e demais programações promovidas pelo Município, bem como para situações excepcionais e emergenciais relacionadas à interrupção, desabastecimento ou indisponibilidade temporária de água potável para consumo humano em prédios públicos, unidades escolares, unidades de saúde e demais repartições municipais, assegurando condições adequadas de hidratação, salubridade e continuidade dos atendimentos e serviços públicos.

2.4. Considerando tratar-se de materiais de consumo contínuo, de demanda variável, descentralizada e muitas vezes imprevisível entre as diversas unidades administrativas, cuja reposição ocorre conforme necessidade ao longo do exercício, mostra-se tecnicamente recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo contratações futuras e parceladas conforme a demanda efetiva da Administração, proporcionando maior eficiência na gestão de suprimentos, economicidade, padronização dos itens, racionalização dos processos de aquisição e garantia da continuidade dos serviços públicos.

2.5. A ausência da presente contratação poderá comprometer o regular funcionamento das atividades essenciais desenvolvidas pelo Município, ocasionando desabastecimento de unidades públicas, interrupção de serviços administrativos e operacionais, prejuízos à realização de eventos institucionais, ao fornecimento de alimentação em unidades públicas e ao atendimento da população em situações emergenciais, razão pela qual a contratação revela-se necessária, oportuna e plenamente alinhada ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução definida para atendimento da necessidade administrativa consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de água mineral, gás liquefeito de petróleo (GLP), botijões, recipientes, registros, mangueiras e acessórios correlatos, com fornecimento parcelado, conforme demanda, visando suprir de forma contínua as necessidades das Secretarias Municipais, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, centros de atendimento, espaços institucionais e demais órgãos integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

3.2. A escolha da solução proposta decorre das características próprias do objeto, cuja demanda apresenta natureza continuada, consumo variável entre as unidades administrativas e necessidade de reposição periódica ao longo do exercício, não sendo possível definir, com precisão absoluta, o momento exato de utilização de cada item. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços mostra-se o instrumento mais adequado para assegurar flexibilidade operacional, eficiência logística e disponibilidade permanente dos materiais necessários ao funcionamento regular dos serviços públicos.

3.3. A água mineral objeto da contratação destina-se ao atendimento de demandas institucionais específicas, especialmente para utilização em eventos oficiais promovidos pela Administração Municipal, reuniões técnicas, capacitações, conferências, ações educativas, esportivas e comunitárias, bem como para atendimento de situações excepcionais relacionadas à interrupção do abastecimento público, manutenção de reservatórios, ocorrência de problemas na potabilidade da água ou qualquer outra circunstância que inviabilize, temporariamente, o consumo seguro de água nas repartições públicas municipais.

3.4. O gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como seus recipientes e acessórios de instalação e



segurança, destinam-se à manutenção das atividades desenvolvidas em cozinhas institucionais, unidades escolares, espaços assistenciais, centros de convivência, unidades de apoio operacional e demais estruturas públicas que dependem desses insumos para preparo de alimentação, execução de atividades rotineiras e manutenção da prestação regular dos serviços públicos.

3.5. Sob o aspecto técnico-operacional, a solução adotada permite que os fornecimentos ocorram de forma gradativa e conforme a necessidade efetiva de consumo, evitando aquisições em volume superior ao necessário, reduzindo custos de armazenamento, minimizando riscos de perdas, vencimentos ou deterioração dos materiais e proporcionando melhor controle dos estoques pelas unidades requisitantes.

3.6. Sob a ótica econômica e da gestão pública, a contratação por meio de registro de preços possibilita maior competitividade entre fornecedores, potencial ganho de escala, padronização dos itens adquiridos, racionalização dos procedimentos administrativos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. Após análise das alternativas disponíveis e das particularidades da demanda municipal, conclui-se que a solução proposta representa a alternativa mais adequada, técnica e economicamente vantajosa para a Administração, garantindo segurança no abastecimento, continuidade das atividades institucionais e atendimento tempestivo das necessidades ordinárias e eventuais das unidades municipais.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Disponibilizar à Contratada todas as informações, orientações e condições necessárias à correta execução do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, locais de entrega, cronogramas de fornecimento e demais elementos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.2. Receber os materiais fornecidos provisoriamente no ato da entrega e, após conferência quantitativa e qualitativa, promovê-los ao recebimento definitivo, desde que constatada sua conformidade com as especificações, padrões de qualidade, condições de segurança e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. Comunicar formalmente à Contratada a ocorrência de defeitos, inconformidades, avarias, divergências quantitativas, produtos em desacordo com as especificações ou quaisquer outras irregularidades verificadas durante o recebimento ou utilização dos materiais, para fins de substituição, complementação ou correção, sem ônus adicional para a Administração.

4.4. Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e atesto da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

4.5. Solicitar os fornecimentos de forma parcelada, conforme necessidade efetiva das Secretarias, unidades administrativas e demais órgãos municipais, observados os quantitativos registrados e as condições estabelecidas no instrumento contratual.

4.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelos materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos, na forma, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

4.7. Proceder à conferência da documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos exigidos para liquidação da despesa, adotando as providências administrativas necessárias dentro dos prazos legais.

4.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada perante terceiros, tampouco por danos causados a pessoas ou bens em decorrência de atos praticados



por seus empregados, prepostos, transportadores ou representantes durante a execução do objeto contratual.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os bens objeto da contratação em conformidade com as especificações, quantidades, condições, marcas ofertadas e demais exigências constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nos instrumentos decorrentes da ata de registro de preços.

5.2. Executar o fornecimento de forma parcelada, mediante solicitação formal da Administração, observando rigorosamente os prazos, locais, horários e condições de entrega previamente estabelecidos pelo órgão gerenciador ou pelos órgãos participantes.

5.3. Entregar os produtos em perfeitas condições de uso, consumo e segurança, devidamente acondicionados, lacrados quando aplicável, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação específica, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao objeto.

5.4. Garantir que os botijões, recipientes, registros, mangueiras e demais acessórios atendam integralmente às normas técnicas expedidas pelos órgãos reguladores competentes, inclusive quanto à segurança, certificação, integridade física e condições adequadas de utilização.

5.5. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, manuseio, acondicionamento e entrega dos materiais, inclusive quanto à observância das normas de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio de gás liquefeito de petróleo – GLP, correndo por sua conta exclusiva todos os custos, tributos, encargos e despesas decorrentes da execução contratual.

5.6. Substituir, reparar, corrigir ou complementar, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações contratadas, que apresentem vícios, defeitos, avarias, irregularidades ou qualquer inconformidade constatada no recebimento ou durante o prazo de garantia, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comunicando imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer sua regular execução.

5.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários, logísticos e demais obrigações decorrentes da execução do objeto, nos termos dos arts. 121 e 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.9. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10. Emitir e apresentar, por ocasião de cada fornecimento, a respectiva documentação fiscal, acompanhada dos documentos legalmente exigidos para fins de recebimento, liquidação e pagamento da despesa.

5.11. Atender, no prazo assinalado pela Administração, às solicitações de esclarecimentos, correções, substituições ou regularizações relacionadas à execução contratual.

5.12. Sujeitar-se à fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações e disponibilizando os documentos que forem solicitados pelo fiscal ou gestor do contrato.

5.13. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 SUSTENTABILIDADE: A execução contratual deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas correlatas aplicáveis às contratações públicas, especialmente quanto à promoção do uso racional de recursos, à redução de desperdícios, à eficiência logística, ao adequado acondicionamento dos produtos e à destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante a execução do objeto.

6.2 . INDICAÇÃO DE MARCAS E PADRONIZAÇÃO: Os produtos ofertados deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as normas técnicas, sanitárias, metrológicas e de segurança aplicáveis, inclusive certificações obrigatórias expedidas pelos órgãos reguladores competentes, quando exigíveis para comercialização ou utilização do objeto.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, por se tratar de fornecimento comum cuja execução deve permanecer sob integral responsabilidade da contratada, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e previamente autorizadas pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4 . GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, as características do mercado fornecedor, o fornecimento sob demanda e a baixa complexidade operacional da execução, sem prejuízo da plena responsabilização da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas.

6.5 GARANTIA DOS PRODUTOS: A contratada deverá assegurar a qualidade, integridade, segurança e adequação dos produtos fornecidos durante todo o período de validade ou garantia legal aplicável, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, vícios, irregularidades ou em desconformidade com as exigências contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.6 ALTERAÇÃO SUBJETIVA: É admissível a fusão, cisão, incorporação, transformação ou reorganização societária da contratada, desde que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação originalmente exigidas, não haja prejuízo à execução do objeto, permaneçam inalteradas as condições contratuais pactuadas e haja prévia anuência da Administração, na forma da legislação vigente.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes, observadas as especificações técnicas, quantitativos registrados, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta apresentada pela contratada.

7.2. O fornecimento será formalizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme a necessidade da Administração, devendo a contratada promover o atendimento integral da solicitação nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

7.3. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, devendo a contratada realizar a entrega no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do comprovado recebimento da solicitação formal, tanto para atendimento de reposição programada quanto para recomposição de estoques críticos das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e demais órgãos municipais. Considerando a natureza essencial dos



insumos, a impossibilidade de interrupção dos serviços públicos e a necessidade de manutenção contínua das atividades escolares, assistenciais, administrativas e de pronto atendimento.

7.4. Nos casos de situação emergencial, assim compreendidos aqueles que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais, incluindo, mas não se limitando, à interrupção do abastecimento de água potável para consumo humano, esgotamento de estoque de gás liquefeito de petróleo – GLP, falhas operacionais, realização de eventos institucionais inadiáveis ou quaisquer outras ocorrências devidamente justificadas pela Administração, a contratada deverá assegurar pronto atendimento e entrega imediata, observando o prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, inclusive quando a solicitação ocorrer fora do horário regular de expediente, em finais de semana ou feriados, quando expressamente requisitado pela Administração.

7.5. Os materiais deverão ser entregues nos endereços indicados pela Administração Municipal, compreendendo Secretarias Municipais, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, centros de atendimento e demais órgãos participantes da contratação, todos localizados no Município de São Gotardo/MG, conforme relação detalhada constante no Anexo I – Relação de Endereços dos Locais de Entrega, parte integrante deste Termo de Referência.

7.6. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, consumo e segurança, devidamente acondicionados, lacrados quando aplicável, observadas as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes, bem como contendo identificação do fabricante, lote, prazo de validade, certificações obrigatórias e demais informações exigidas pela legislação específica.

7.7. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, frete, seguros, tributos, carga, descarga, manuseio, acondicionamento e demais custos operacionais necessários ao cumprimento da contratação, correrão exclusivamente por conta da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

7.8 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada ou na legislação aplicável, devendo a contratada promover sua substituição, correção ou complementação, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.9. O descumprimento dos prazos estabelecidos, a entrega de produtos em desacordo com as especificações ou qualquer irregularidade na execução contratual caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O controle da execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhado e fiscalizada pelo fiscal da ata ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.2 O gestor da ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos da Ata de Registro de Preços.

8.3 Para esta contratação, a gestão e a fiscalização da ata serão exercidas pelos servidores lotados nas Secretarias Municipais Solicitantes:

I – Gestora da Ata: Christiene Alves da C. Carvalho e Maria José Caetano Coelho;

II – Fiscal da Ata: Elizabete Aurora da Silva, Camila Tatiane Ferreira Alves, Matheus Ferreira Araújo, Willian Fonseca Rabelo, Cristiano Flávio Rodrigues, Shaieny Fabiane da Silva, Lilian Kele Rodrigues Sousa Camargos e Ruanna Alves Galvão.

8.4 Competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e zelar pela fiel execução da Ata de Registro de



Preços, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9 CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Do Recebimento do Objeto

9.1.1. O recebimento dos materiais observará o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ocorrerá de forma provisória e definitiva, mediante acompanhamento e fiscalização por servidor formalmente designado pela Administração.

9.2 Recebimento Provisório

9.2.1 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, nos locais indicados pela Administração, mediante conferência preliminar dos quantitativos, integridade física, acondicionamento, documentação fiscal e demais condições aparentes de conformidade, com emissão do respectivo comprovante de recebimento.

9.3 Recebimento Definitivo

9.3.1 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação quantitativa e qualitativa do objeto, incluindo a análise da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, prazos de validade, certificações obrigatórias, condições de segurança e demais exigências previstas neste Termo de Referência, sendo formalizado por meio de termo próprio ou atesto na documentação fiscal, constituindo condição para a liquidação da despesa.

9.4 Da Rejeição do Objeto

9.4.1 Os produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos solicitados, condições de segurança, prazos de validade, certificações exigidas ou quaisquer outras exigências contratuais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte.

9.4.2 Na hipótese de rejeição, a contratada deverá promover a substituição, correção ou complementação dos materiais recusados, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação formal da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.5 Da Liquidação da Despesa

9.5.1 Recebida a nota fiscal ou documento fiscal equivalente, acompanhada da documentação legalmente exigida, iniciar-se-á o procedimento de liquidação da despesa, nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar:

- I – a efetiva entrega do objeto e o respectivo recebimento definitivo;
- II – a conformidade da nota fiscal com a ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente;
- III – a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- IV – a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório;
- V – a inexistência de impedimentos legais para contratação com a Administração Pública.



9.5.3 Constatada qualquer inconsistência na documentação fiscal, divergência na execução do objeto ou irregularidade relativa às condições de habilitação, a liquidação ficará sobrestada até a regularização pela contratada, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

9.5.4 Regularizada a pendência, o prazo para liquidação será retomado a partir da data da reapresentação da documentação ou da comprovação do saneamento da irregularidade.

9.6 Do Pagamento

9.6.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do protocolo regular da nota fiscal e demais documentos exigidos pela Administração.

9.6.2 O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da contratada, informada na proposta ou em documento formalmente apresentado.

9.6.3. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar emitida a respectiva ordem bancária.

9.6.4. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e demais descontos legalmente exigíveis, observada a legislação vigente.

9.6.5. O pagamento somente será autorizado após a verificação da manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, sem prejuízo das demais verificações legalmente exigidas.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado mediante realização de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, para Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, considerando a natureza comum do objeto, a possibilidade de parcelamento técnico da contratação e a necessidade de ampliação da competitividade, de forma a possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2 A adoção do julgamento por item justifica-se pela divisibilidade técnica e econômica do objeto, sem prejuízo à padronização, à execução contratual ou ao conjunto da contratação, permitindo a participação de maior número de licitantes e ampliando a competitividade do certame, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

10.3 O modo de disputa será aberto, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o intervalo mínimo entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, observar o valor de R\$ 0,01 (um centavo) para cada item, salvo disposição diversa estabelecida no instrumento convocatório.

10.4 Encerrada a etapa competitiva, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta ajustada ao valor final ofertado.

10.5 Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os valores de mercado e com o valor estimado da contratação, sendo admitida a realização de diligências, negociação e análise de exequibilidade, nos termos dos arts. 59 e 61 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento integral das exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional previstas no edital, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.



10.7 A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8 As Atas, notas de empenho ou demais instrumentos decorrentes da ata observarão os prazos de execução e vigência definidos pela Administração em cada contratação específica, de acordo com a necessidade do órgão demandante, disponibilidade orçamentária e interesse público.

10.9 Apresentação de requisitos de **HABILITAÇÃO**, com fornecimento dos documentos abaixo, quais sejam:

10.9.1 REGULARIDADE JURÍDICA

- a) documentos Pessoais e de Identificação do Representante Legal da Empresa;
- b) cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemblhada da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- c) certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.9.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa



jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais compatíveis em características e complexidade com o objeto licitado;

b) para os itens relacionados ao fornecimento de gás liquefeito de petróleo – GLP, a licitante deverá apresentar Autorização para o Exercício da Atividade de Revenda de GLP, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou documento equivalente legalmente exigido;

c) comprovação de regularidade ou licenciamento perante os órgãos de fiscalização e segurança competentes, quando exigível para o exercício da atividade;

d) para recipientes, mangueiras, registros e acessórios sujeitos à certificação compulsória, os produtos deverão atender às normas expedidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, devendo a comprovação ser apresentada quando solicitada pela Administração ou no momento do fornecimento.

e) para os itens relativos ao fornecimento de GLP, a licitante deverá comprovar que possui instalação física regularizada, alvará de funcionamento municipal e atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros.

11. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A dotação orçamentária para custear as despesas decorrentes desta contratação será da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Administração da Educação

Ficha 154 – 1500 – Material de consumo

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Ficha 182 – 1500 – Material de Consumo e 1551 – Transf. PDDE

Manutenção das Ações do QESE – E. Fund

Ficha 189 – 1550 – Material de Consumo Manutenção e conservação das atividades Creche

Ficha 213 – 1500 – Material de Consumo e 1551 transf. PDDE

Manutenção das Ações do QESE – Creche

Ficha 220 – 1550 – Material de Consumo

Manutenção e conservação das Atividades da Pré-Escola

Ficha 226 – 1500 – Material de Consumo

Manutenção das Ações dos QESE – Pré-Escola

Ficha 233 - 1550 – Material de Consumo

Manutenção das atividades do EJA

Ficha 248 – 1500 – Material de Consumo

Manutenção das Atividades do Tempo Integral

Ficha 200 – 1500 – Material de Consumo e 1569 – Transf. FNDE

Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Estratégias Saúde da Família



Ficha: 667 – Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção das Estratégias Saúde da Família /Saúde Bucal

Ficha: 680 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção SAD/EMAD

Ficha 714 – Fonte 500,600,621 - Material de Consumo
Manutenção do Laboratório Municipal

Ficha: 741 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades de Assistência de Média Especializadas (Ambulatório)

Ficha: 750 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção das Atividades do Programa de Atendimento ao TFD

Ficha: 760 - Fonte 500, 600 - Material de Consumo
Manutenção das Atividades da Fisioterapia

Ficha: 770 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção do CAPS

Ficha: 779 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção do Pronto Atendimento

Ficha: 798 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção do Serviço de Hemodiálise

Ficha: 808 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção do Hospital Municipal

Ficha 817 - Fonte 500, 600, 621- Material de Consumo

Ficha: 853 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção das Atividades do Programa Farmácia Verde

Ficha: 865 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção das Atividades do Programa Assistência Farmacêutica (Farmácia Básica)

Ficha: 875 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Ficha: 887 - Fonte: 500,600 - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Esportes

Manutenção das Atividades do Esporte

Ficha: 1095 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Promoção de torneios campeonatos e Olimpíadas

Ficha: 1082 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Apoio a realização de eventos esportivos no município

Ficha: 1088 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Esportes

Ficha: 1114 - Fonte: 1500 - Material de consumo

**Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento**

Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento

Ficha: 67 - Fonte 1500 – Material de consumo

Secretaria Municipal de Obras Públicas

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas

Ficha: 381 - Fonte 1500 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

Ficha 509 - Fonte 1500 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Manutenção das Atividades da Cultura

Ficha: 277 - Fonte 1500 Material de Consumo

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a prática, pelo licitante ou contratado, das condutas descritas nos itens subsequentes:

13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.3 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6 Não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.9 Fraudar a licitação.

13.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:

13.1.10.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.10.2 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.10.3 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.



13.3.2 as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15 Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.



14. DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais das atas de registro de preço.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

16. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

16.1 Integra esta demanda formalizada por meio do Termo de Referência a Secretaria Municipal de Educação.

17. ANEXO

17.1 Endereços dos locais de entrega

17.2 Tabela de Distribuição por Secretaria

São Gotardo/MG, 29 maio de 2026.

Wellington José da Cruz Costa

Coordenador da Educação

Renata Saad Caixeta

coordenadora da Saúde

Martinália Costa Jerônimo

Coordenadora de Agricultura

Julia Prados Resende Lopes

Assessora Especial

Thiago Cândido Garcia

Coordenador de Cultura

Letícia Mikaelly Lacerda

Coordenadora de Esporte

Marcelo Rodrigues da Silva

Coordenador de Desenvolvimento Social

Júlia Oliveira Chagas Messias

Coordenadora de Gestão Contratual e
Licitações– SEPLAG



ANEXO – I Endereços dos locais de entrega

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
E.M. CECÍLIA MEIRELES	RUA PEDRO BOUGLEX Nº 459, BAIRRO N.S. DE FÁTIMA
E.M. LOURDES LADEIRA	RUA JOÃO BARBOSA DE CASTRO Nº 270, BAIRRO BOA VISTA
E.M. IRACY JOSÉ FERREIRA	RUA ANTÔNIO OLIVEIRA CAMPOS, Nº 460, BAIRRO SÃO VICENTE
E.M. PROFESSOR BALENA	RUA PINHEIRO MACHADO, Nº 250, BAIRRO N.S. DE FÁTIMA
E.M. SONHO MEU	RUA DONA REVALA Nº 99, BAIRRO SÃO GERALDO
E.M. PROFESSOR JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS	RUA JOSÉ MALICA Nº. 407, BAIRRO BOA ESPERANÇA
E.M FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA	RUA JOAQUIM GOTARDO, 62 – GUARDA DOS FERREIROS
C.M.E.I. PRIMEIROS PASSOS	RUA JUCA ILÍÁ Nº 21 – BOA ESPERANÇA
C.M.E.I ANA Mª MENDES ORDONES	RUA PADRE KERDOLE Nº 01 – ALTO BELA VISTA
C.M.E.I. DIORGINA MARIA DE OLIVEIRA	RUA E, Nº 256 – GUARDA DOS FERREIROS
C.M.E.I JEITO DE CRIANÇA	AV. TOCANTIS Nº 295 – SOL NASCENTE
CRECHE VERANI DE OLIVEIRA	AVENIDA VEREADOR ANTONIO INCÁCIO DA SILVATAQUARIL
CRECHE FIA CEZÁRIO	AV. TOCANTIS Nº 295 – SOL NASCENTE
ESCOLAS RURAIS	AV. TOCANTIS Nº 295 – SOL NASCENTE
CRECHE MARIA APARECIDA ASSUNÇÃO	RUA JOSE LUCAS DE SOUZA 390 – BAIRRO SATURNINO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO 62- CENTRO
ALMOXARIFADO MERENDA ESCOLAR	AV. TOCANTIS Nº 295 – SOL NASCENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO 62- CENTRO
CIARTE - Centro Integrado de Arte e Economia Criativa	RUA BENTO FERREIRA Nº 160 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
SEDE DA SECRETARIA	RUA PROF. MARIA COELI FRANCO, 13 - CENTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INSTITUIÇÃO/SETOR	ENDEREÇO
AMBULATÓRIO	RUA DAS GAMELEIRAS 466, - CAMPESTRE
PRONTO ATENDIMENTO	RUA VIRGÍNIA RESENDE DE JESUS 212 - ALVORADA
HOSPITAL MUNICIPAL	AV. RIO BRANCO, 147 - CENTRO
CAPS	RUA BORGES, 73 - CENTRO
LABORATÓRIO	RUA PINHEIRO MACHADO, 31 - CENTRO
VIGILÂNCIA	RUA OLÍMPIO GONÇALVES DE RESENDE, 63 - CENTRO
FISIOTERAPIA	AV. PAULO SHIMADA, 218 - TANCREDO NEVES
FARMÁCIA BÁSICA	AV. PAULO SHIMADA, 51- TANCREDO NEVES.
FARMÁCIA VERDE	AV. PAULO SHIMADA, 51- TANCREDO NEVES.
HEMODIALISE	RUA DR MOACIR FRANCO, 208 - CENTRO
SAÚDE BUCAL	RUA OLÍMPIO GONÇALVES DE RESENDE, 68 - CENTRO
GESTÃO	RUA OLÍMPIO GONÇALVES DE RESENDE, 63 - CENTRO
SAD/EMAD	AV. RIO BRANCO, 147 - CENTRO (SEDE DENTRO DO HMSG)
TFD	RUA OLÍMPIO GONÇALVES DE RESENDE, 63 - CENTRO
ATENÇÃO PRIMÁRIA:	UBS ALTO BELA VISTA: RUA JOSÉ SANTANA FILHO, 40, BAIRRO SATURNINO
UBS SÃO GERALDO	RUA ELIZIÁRIO JOSÉ DE BESSA, 657, BAIRRO SÃO GERALDO
UBS BOA ESPERANÇA	RUA ANTÔNIO LUIS FERREIRA, 246, BAIRRO BOA ESPERANÇA
UBS SÃO VICENTE	RUA JOÃO ALVES FRANCO, 1317, BAIRRO SÃO VICENTE
UBS TAQUARIL	AVENDIDA VEREADOR ANTÔNIO INÁCIO, 700, BAIRRO TAQUARIL
UBS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	RUA PEDRO BOUGLEUX, 471, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
UBS CAPELINHA ZONA RURAL	AVENIDA ABAETÉ, 124, CAPELINHA DO ABAETÉ
UBS SANTA CRUZ	RUA TUPINAMBÁS Nº 193 GUARDA DOS FERREIROS
UBS SANTA TEREZINHA	RUA B, 150, BAIRRO SANTA TEREZINHA
UBS CENTRO	RUA ANTÔNIO JOSÉ DE CASTRO, 57, BAIRRO CENTRO.
ACADEMIA DE SAÚDE GUARDA DOS FERREIROS	RUA PROF.ª SÔNIA CRISTINA, S/Nº OBS: FICA AO LADO DA UBS GUARDA DOS FERREIROS
ACADEMIA DE SAÚDE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	AVENIDA RIO BRANCO, S/Nº, SÃO GOTARDO/MG, BAIRRO: MANSÕES DO LAGO



ANEXO – II Estimativa das Quantidades por Secretaria Demandante

Nº	Descrição	Educação	Saúde	Obras	Ass. Social	Cultura	Esportes	Agricultura	Planej.
1	Água mineral 20 litros	190	220	10	2000	120	40	10	200
2	Água mineral 500 ml, fardo com 12 unidades	180	540		90	100	40		40
3	Água Mineral Cx C/48 Copos 200ml					150	40		
3	Gás doméstico GLP P13	1870	899	6	160	12	6	4	50
4	Botijão de gás de cozinha vazio P13	28	34	3	36	6	1	1	4
5	Botijão de gás P45	25	0						
6	Registro de gás de cozinha	36	64	2	24	4	2	1	8
7	Mangueira de gás de cozinha	36	64	2	24	4	2	1	8
8	Gás P45	18							



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - PROCESSO Nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;

2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - PROCESSO Nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026. - Processo nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO V

Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - Processo nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade RG. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - Processo nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VII

Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - Processo nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026 - Processo nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e



(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IX
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº ____/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, provisoriamente na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por seu Prefeito Municipal, Makoto Edison Sekita, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG-21340791 PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 328.821.579-91, residente e domiciliado à Rua Tabelião João Lopes nº 201, apartamento 1601, Bairro Campestre, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, na cidade de _____/Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA. Considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2026, **Processo Administrativo nº 213/2026**, **Pregão Eletrônico nº 027/2026**, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, GÁS GLP E MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO”**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do **Edital de Licitação nº 213/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1.2.1. A Ata terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura da ata de registro de preço, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/21.



2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	CÓD.	DESCRIÇÃO	QT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	153	Água mineral 20 litros	2.790	17,06	47.597,40
2	377	Água mineral 500 ml, fardo com 12 unidades	990	23,63	23.393,70
3	322	Água mineral copo 200ml, caixa com 48 unidades	190	53,36	10.138,40
4	197	Gás doméstico GLP P13	3.007	122,25	367.605,75
5	28957	Gás P45	25	514,5	12.862,50
6	14531	Botijão de gás de cozinha vazio P13	113	285	32.205,00
7	45213	Botijão de gás vazio P45	18	1.042,50	18.765,00
8	37635	Registro de gás de cozinha	141	42	5.922,00
9	37620	Mangueira de gás de cozinha	141	22,63	3.190,83

2.2. O valor global da ata de registro de preço será de R\$ _____ (_____).

3.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. FORMA DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

9. 3.1.1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1.1 A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes, observadas as especificações técnicas, quantitativos registrados, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta apresentada pela contratada.

3.1.2. O fornecimento será formalizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme a necessidade da Administração, devendo a contratada promover o atendimento integral da solicitação nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

3.1.3. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, devendo a contratada realizar a entrega no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do comprovado recebimento da solicitação formal, tanto para atendimento de reposição programada quanto para recomposição de estoques críticos das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e demais órgãos municipais. Considerando a natureza essencial dos insumos, a impossibilidade de interrupção dos serviços públicos e a necessidade de manutenção contínua das atividades escolares, assistenciais, administrativas e de pronto atendimento.

3.1.4. Nos casos de situação emergencial, assim compreendidos aqueles que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais, incluindo, mas não se limitando, à interrupção do



abastecimento de água potável para consumo humano, esgotamento de estoque de gás liquefeito de petróleo – GLP, falhas operacionais, realização de eventos institucionais inadiáveis ou quaisquer outras ocorrências devidamente justificadas pela Administração, a contratada deverá assegurar pronto atendimento e entrega imediata, observando o prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, inclusive quando a solicitação ocorrer fora do horário regular de expediente, em finais de semana ou feriados, quando expressamente requisitado pela Administração.

3.1.5. Os materiais deverão ser entregues nos endereços indicados pela Administração Municipal, compreendendo Secretarias Municipais, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, centros de atendimento e demais órgãos participantes da contratação, todos localizados no Município de São Gotardo/MG, conforme relação detalhada constante no Anexo I – Relação de Endereços dos Locais de Entrega, parte integrante deste Termo de Referência.

3.1.6. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, consumo e segurança, devidamente acondicionados, lacrados quando aplicável, observadas as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes, bem como contendo identificação do fabricante, lote, prazo de validade, certificações obrigatórias e demais informações exigidas pela legislação específica.

3.1.7. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, frete, seguros, tributos, carga, descarga, manuseio, acondicionamento e demais custos operacionais necessários ao cumprimento da contratação, correrão exclusivamente por conta da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

3.1.8 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada ou na legislação aplicável, devendo a contratada promover sua substituição, correção ou complementação, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

3.1.9. O descumprimento dos prazos estabelecidos, a entrega de produtos em desacordo com as especificações ou qualquer irregularidade na execução contratual caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.2. LIQUIDAÇÃO

3.2.1. Da Liquidação da Despesa

3.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento fiscal equivalente, acompanhada da documentação legalmente exigida, iniciar-se-á o procedimento de liquidação da despesa, nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar:

I – a efetiva entrega do objeto e o respectivo recebimento definitivo;

II – a conformidade da nota fiscal com a ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente;

III – a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;

IV – a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório;

V – a inexistência de impedimentos legais para contratação com a Administração Pública.

3.2.3 Constatada qualquer inconsistência na documentação fiscal, divergência na execução do objeto ou irregularidade relativa às condições de habilitação, a liquidação ficará sobrestada até a regularização pela contratada, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

3.2.4 Regularizada a pendência, o prazo para liquidação será retomado a partir da data da reapresentação da documentação ou da comprovação do saneamento da irregularidade.



3.3. PAGAMENTO

3.3.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo regular da nota fiscal e demais documentos exigidos pela Administração.

3.3.2. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da contratada, informada na proposta ou em documento formalmente apresentado.

3.3.3. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar emitida a respectiva ordem bancária.

3.3.4. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e demais descontos legalmente exigíveis, observada a legislação vigente.

3.3.5. O pagamento somente será autorizado após a verificação da manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, sem prejuízo das demais verificações legalmente exigidas.

3.3.6. A nota fiscal deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

3.3.7. O Departamento de contabilidade da Prefeitura de São Gotardo, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

3.3.8. O pagamento devido pela Prefeitura de São Gotardo será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

3.3.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a contratada dará a Prefeitura de São Gotardo plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

3.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.4.1. Fornecer os bens objeto da contratação em conformidade com as especificações, quantidades, condições, marcas ofertadas e demais exigências constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nos instrumentos decorrentes da ata de registro de preços.

3.4.2. Executar o fornecimento de forma parcelada, mediante solicitação formal da Administração, observando rigorosamente os prazos, locais, horários e condições de entrega previamente estabelecidos pelo órgão gerenciador ou pelos órgãos participantes.

3.4.3. Entregar os produtos em perfeitas condições de uso, consumo e segurança, devidamente acondicionados, lacrados quando aplicável, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação específica, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao objeto.

3.4.4. Garantir que os botijões, recipientes, registros, mangueiras e demais acessórios atendam integralmente às normas técnicas expedidas pelos órgãos reguladores competentes, inclusive quanto à segurança, certificação, integridade física e condições adequadas de utilização.

3.4.5. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, manuseio, acondicionamento e entrega dos materiais, inclusive quanto à observância das normas



de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio de gás liquefeito de petróleo – GLP, correndo por sua conta exclusiva todos os custos, tributos, encargos e despesas decorrentes da execução contratual.

3.4.6. Substituir, reparar, corrigir ou complementar, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações contratadas, que apresentem vícios, defeitos, avarias, irregularidades ou qualquer inconformidade constatada no recebimento ou durante o prazo de garantia, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.7. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comunicando imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer sua regular execução.

3.4.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários, logísticos e demais obrigações decorrentes da execução do objeto, nos termos dos arts. 121 e 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.9. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.10. Emitir e apresentar, por ocasião de cada fornecimento, a respectiva documentação fiscal, acompanhada dos documentos legalmente exigidos para fins de recebimento, liquidação e pagamento da despesa.

3.4.11. Atender, no prazo assinalado pela Administração, às solicitações de esclarecimentos, correções, substituições ou regularizações relacionadas à execução contratual.

3.4.12. Sujeitar-se à fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações e disponibilizando os documentos que forem solicitados pelo fiscal ou gestor do contrato.

3.4.13. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

3. 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.5.1. Disponibilizar à Contratada todas as informações, orientações e condições necessárias à correta execução do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, locais de entrega, cronogramas de fornecimento e demais elementos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais.

3.5.2 Receber os materiais fornecidos provisoriamente no ato da entrega e, após conferência quantitativa e qualitativa, promovê-los ao recebimento definitivo, desde que constatada sua conformidade com as especificações, padrões de qualidade, condições de segurança e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3.5.2 Comunicar formalmente à Contratada a ocorrência de defeitos, inconformidades, avarias, divergências quantitativas, produtos em desacordo com as especificações ou quaisquer outras irregularidades verificadas durante o recebimento ou utilização dos materiais, para fins de substituição, complementação ou correção, sem ônus adicional para a Administração.

3.5.3 Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e atesto da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe



verificar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

3.5.4 Solicitar os fornecimentos de forma parcelada, conforme necessidade efetiva das Secretarias, unidades administrativas e demais órgãos municipais, observados os quantitativos registrados e as condições estabelecidas no instrumento contratual.

3.5.6 Efetuar o pagamento à Contratada pelos materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos, na forma, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

3.5.7 Proceder à conferência da documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos exigidos para liquidação da despesa, adotando as providências administrativas necessárias dentro dos prazos legais.

3.5.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada perante terceiros, tampouco por danos causados a pessoas ou bens em decorrência de atos praticados por seus empregados, prepostos, transportadores ou representantes durante a execução do objeto contratual.

3.6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.6.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ões) orçamentária(s):

A dotação orçamentária para custear as despesas decorrentes desta contratação será da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Administração da Educação

Ficha 154 – 1500 – Material de consumo

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Ficha 182 – 1500 – Material de Consumo e 1551 – Transf. PDDE

Manutenção das Ações do QESE – E. Fund

Ficha 189 – 1550 – Material de Consumo Manutenção e conservação das atividades Creche

Ficha 213 – 1500 – Material de Consumo e 1551 transf. PDDE

Manutenção das Ações do QESE – Creche

Ficha 220 – 1550 – Material de Consumo

Manutenção e conservação das Atividades da Pré-Escola

Ficha 226 – 1500 – Material de Consumo

Manutenção das Ações dos QESE – Pré-Escola

Ficha 233 - 1550 – Material de Consumo

Manutenção das atividades do EJA

Ficha 248 – 1500 – Material de Consumo

Manutenção das Atividades do Tempo Integral

Ficha 200 – 1500 – Material de Consumo e 1569 – Transf. FNDE

Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Estratégias Saúde da Família

Ficha: 667 – Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Estratégias Saúde da Família /Saúde Bucal



Ficha: 680 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção SAD/EMAD

Ficha 714 – Fonte 500,600,621 - Material de Consumo

Manutenção do Laboratório Municipal

Ficha: 741 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades de Assistência de Média Especializadas (Ambulatório)

Ficha: 750 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades do Programa de Atendimento ao TFD

Ficha: 760 - Fonte 500, 600 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades da Fisioterapia

Ficha: 770 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção do CAPS

Ficha: 779 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção do Pronto Atendimento

Ficha: 798 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção do Serviço de Hemodiálise

Ficha: 808 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção do Hospital Municipal

Ficha 817 - Fonte 500, 600, 621- Material de Consumo

Ficha: 853 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades do Programa Farmácia Verde

Ficha: 865 - Fonte 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades do Programa Assistência Farmacêutica (Farmácia Básica)

Ficha: 875 - Fonte: 500, 600, 621 - Material de Consumo

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Ficha: 887 - Fonte: 500,600 - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Esportes

Manutenção das Atividades do Esporte

Ficha: 1095 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Promoção de torneios campeonatos e Olimpíadas

Ficha: 1082 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Apoio a realização de eventos esportivos no município

Ficha: 1088 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Esportes

Ficha: 1114 - Fonte: 1500 - Material de consumo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento

Ficha:67 - Fonte 1500 – Material de consumo

Secretaria Municipal de Obras Públicas

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas

Ficha: 381 - Fonte 1500 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura



Ficha 509 - Fonte 1500 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Manutenção das Atividades da Cultura

Ficha: 277 - Fonte 1500 Material de Consumo

3.7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho ou nota de autorização de fornecimento (NAF), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (5) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7.3. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, seguinte endereço: Farmácia Básica, RUA PINHEIRO MACHADO, Nº 031, BAIRRO: CENTRO, no horário 8:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços, em conformidade com as necessidades do órgão.

3.7.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.8. GESTÃO DA ATA

3.8.1 O controle da execução do contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.8.2 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato.

3.8.3 Para esta contratação, a gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelos servidores lotados nas Secretarias Municipais Solicitantes:

I – Gestora do contrato: Christiene Alves da C. Carvalho e Maria José Caetano Coelho;

II – Fiscal do contrato: Elizabete Aurora da Silva, Camila Tatiane Ferreira Alves, Matheus Ferreira Araújo, Willian Fonseca Rabelo, Cristiano Flávio Rodrigues, Shaieny Fabiane da Silva, Lilian Kele Rodrigues Sousa Camargos e Ruanna Alves Galvão.

3.9 Competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e zelar pela fiel execução do contrato, nos termos



do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. DO REAJUSTE DE PREÇOS E PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

3.9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante.

3.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

3.9.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio, seguindo sempre o que determina a Lei.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. **SUBCONTRATAÇÃO:** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 63 de 28 de março de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.9. Fraudar a licitação

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores



estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. A Prefeitura reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos previstos da Lei 14.133/2021.

11.2. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da empresa contratada designadas para a execução do objeto contratado, sendo a empresa contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

11.3. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

SÃO GOTARDO, de de 2026.



Makoto Edison Sekita

Prefeito Municipal de São Gotardo – MG
Contratante

Dener Henrique de Castro

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Adriene

Secretária Municipal de Esporte

César José Barbosa

Secretário Municipal de Obras Públicas

Joyce Fabiula Rodrigues

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Débora Thaís Silva Alves Araújo

Secretária Municipal de Saúde

Daniel Assunção Cardoso

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Daniele Magnavita de Alencar

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Nome do representante legal da Contratada
Razão social da Contratada